

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Direito e Ciências do Estado
Programa de Iniciação Científica

Beatriz Rodrigues Rossi

**NARRATIVAS COLONIAIS E O HORIZONTE DO FRACASSO: uma análise
comparativa Brasil-Portugal**

Belo Horizonte
2025

Beatriz Rodrigues Rossi

**NARRATIVAS COLONIAIS E O HORIZONTE DO FRACASSO: uma análise
comparativa Brasil-Portugal**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e desenvolvido no âmbito do The Constitutional Centre da Faculdade de Direito e Ciências do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para o bacharelado em Ciências do Estado, nos termos do Art. 1º da Resolução COLGRAD nº 03/2017.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Sullivan Balhe Guedes

Belo Horizonte

2025

Beatriz Rodrigues Rossi

**NARRATIVAS COLONIAIS E O HORIZONTE DO FRACASSO: uma análise
comparativa Brasil-Portugal**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e desenvolvido no âmbito do The Constitutional Centre da Faculdade de Direito e Ciências do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para o bacharelado em Ciências do Estado, nos termos do Art. 1º da Resolução COLGRAD nº 03/2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Maurício Sullivan Balhe Guedes (orientador) - UFMG

Prof. Dr. José Luiz Borges Horta - UFMG

Prof. Dr. Paulo Roberto Cardoso - UFMG

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Minas Gerais, pelo ensino de excelência, pelas oportunidades, por ter concentrado em seus campus grandiosos encontros e amigos valiosos.

Agradeço ao Prof.Dr. José Luiz, por me iniciar em minha jornada acadêmica e ensinar a questionar e questionar, por me mostrar a profundidade do que parece raso.

Agradeço ao Prof.Dr. Paulo Roberto, por me fazer pensar em estratégia e refletir sobre as ações do mundo e as minhas próprias.

Agradeço ao meu orientador, Prof.Dr. Maurício Sullivan, que foi surpresa boa, meu guia e no fim das contas, grande amigo.

Pela eternidade agradeço à minha família, por ser a fortaleza que me faz indestrutível.

E sou grata ao destino, que insistentemente me persegue com a sorte.

À minha mãe, que é força inabalável e amor imensurável.

À minha tia, que é carinho e refúgio de amor.

À minha avó, que é saudade eterna e meu coração em outro plano.

Tudo a elas, pelo que foram, pelo que são e pelo que me tornaram .

Ao Carlos Eduardo, pelo amor e adoração que me mostram o extraordinário.

RESUMO

Esta pesquisa busca explorar uma perspectiva narrativa alternativa à imposta e difundida pelo agente colonizador no Brasil, o Império português, por meio de uma análise comparada entre os desenrolares de dois processos revolucionários ocorridos em ambas as nações em temporalidades semelhantes. O objetivo é demonstrar os efeitos contemporâneos de uma tradição de eventos colonialistas que integraram a formação do sentimento nacional brasileiro e a maneira como o brasileiro se enxerga como cidadão do mundo e sujeito político. A partir dos conceitos de Reinhart Koselleck de "horizonte de expectativa" e "espaço de experiência", a análise utiliza, no caso do Brasil, as revoltas dos Cabanos e de Canudos, e, no caso de Portugal, as revoltas da Maria da Fonte e da Batata — todas de origem popular, não militar ou burguesa — para demonstrar como um histórico de revoltas populares fracassadas, que surtiram pouco ou nenhum efeito institucional ou de conquista de direitos individuais ou sociais, mas que apenas reforçam padrões de poder coloniais e resultaram em quantidades massivas de mortos devido à forte opressão estatal e à falta de interesse em negociação, afeta a noção contemporânea coletiva de ocupar o papel de cidadão brasileiro. Também são analisadas as consequências das cicatrizes coloniais para o Estado brasileiro, de forma a compreender o horizonte de expectativa criado pela disseminação da realidade-narrativa colonialista.

PALAVRAS-CHAVE: realidade-narrativa; revoltas; colonialismo; Brasil-Portugal; sentimento nacional.

ABSTRACT

This research seeks to explore an alternative narrative perspective to that imposed and disseminated by the colonizing agent in Brazil, the Portuguese Empire, through a comparative analysis of the unfolding of two revolutionary processes that occurred in both nations at similar times. The objective is to demonstrate the contemporary effects of a tradition of colonialist events that shaped Brazilian national sentiment and the way Brazilians see themselves as citizens of the world and political subjects. Based on Reinhart Koselleck's concepts of "horizon of expectation" and "space of experience," the analysis uses, in the case of Brazil, the Cabanos and Canudos revolts, and, in the case of Portugal, the Maria da Fonte and Batata revolts—all of popular origin, not military or bourgeois—to demonstrate how a history of failed popular revolts, which had little or no institutional effect or achieved few individual or social rights, but only reinforced colonial power patterns and resulted in massive numbers of deaths due to strong state oppression and a lack of interest in negotiation, affects the contemporary collective notion of occupying the role of Brazilian citizen. The consequences of colonial scars for the Brazilian state are also analyzed in order to understand the horizon of expectation created by the dissemination of the colonialist reality-narrative.

KEYWORDS: narrative reality; revolts; colonialism; Brazil-Portugal; national sentiment.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. MÉTODO.....	9
3. OS PROCESSOS REVOLTOSOS.....	10
3.1. Os processos revoltosos brasileiros.....	10
3.2 Os processos revoltosos portugueses.....	14
4. NARRATIVAS E REALIDADE.....	17
5. UMA PERSPETIVA COMPARADA.....	20
5.1 Análise comparativas dos processos revoltosos.....	20
5.2 A disseminação propagandista das narrativas.....	23
6. O IMPACTO NO SENTIMENTO NACIONAL.....	23
6.1. Conformação de sentidos.....	23
6.2. Revoluções e não revoluções - reprodução através do tempo.....	25
7. O PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO.....	26
CONCLUSÃO.....	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	31

1. INTRODUÇÃO

A percepção de realidade, em especial daquela que é compartilhada enquanto os indivíduos se entendem como parte de uma nação, é resultado de uma construção narrativa-histórica que conta a versão do lado vitorioso, no contexto a ser estudado, o da colonização portuguesa, a fim de construir uma narrativa que a beneficie e seja ferramenta na manutenção do poder e da influência, por consequência, influencie de maneira profunda a formação do sentimento nacional e como o indivíduo se vê enquanto cidadão do mundo.

Os processos de construção da narrativa brasileira, carregada da herança colonialista¹, em muito se difere daqueles percorridos por Portugal, que ocupou um papel antagônico no contexto do século XVI, o de colonizador. Esses processos de construção e perpetuação das narrativas implicam na formação de horizontes de experiências e destruição de horizontes de esperança, dentre outros. (KOSELLECK, 2006).

As narrativas que moldam a contemporaneidade nem sempre refletem uma dimensão objetiva da realidade, ou seja, as histórias são contadas e por vezes instituídas como verdade da forma que melhor atenda aos interesses de quem a conta. Para o fim deste estudo, a narrativa a ser destrinchada e também questionada é a do colonizador, explorando seus efeitos enquanto cerne da formação do Estado brasileiro.

A posição do Estado enquanto agente da perpetuação da narrativa de subserviência brasileira, pode ser demonstrada a partir da observação do aspecto que se coloca intrínseco no sentimento nacional brasileiro, o fracasso, a dimensão que se forma a partir das repetidas derrotas das revoltas populares, como exemplo, a Revolta dos Cabanos (1835-1840) e a Revolta de Canudos (1896-1897), todas reprimidas com violência pelo Estado e por conseguinte, fracassadas na dimensão da realidade-narrativa (SULLIVAN, 2025).

O horizonte criado pelas repetidas derrotas e pelo alto teor de violência com o qual as revoltas foram reprimidas, reflete na tradição de conquistas sociais por meio das ações das elites reformistas e não revolucionárias e de força popular, ou seja, forma-se um horizonte derrotista que conforma a noção no brasileiro de que conquistar por meios populares não é possível, mas que por meios burocráticos, comandados e permitidos pelas elites, é possível e

¹ Carrega em si, mas não se limita ao que Aníbal Quijano chamou de colonialidade, é mais do que uma estrutura invisível de poder que segue operando na atualidade, a herança colonialista é composta pelas sequelas históricas concretas, os efeitos nas instituições, nas leis, no comportamento do Estado e, também, no comportamento social.

correto, o que acaba por gerar um esvaziamento e descrença nos movimentos políticos-sociais.

Nesse sentido, este trabalho busca investigar pela perspectiva da dimensão das derrotas (e então horizonte do fracasso), as revoltas brasileiras em comparação com as Portuguesas, a Revolta da Maria da Fonte (1846) e Revolta da Batata (1917), seus desenrolares nos processos de degeneração da formação e distorção dos sentidos e nos de formação de novas identidades. Assim, a dimensão do Estado, cuida de destrinchar seu papel na reprodução e manutenção desses processos identitários, sua influência na soberania e na tradição institucional brasileira.

Com o intuito de explorar as repercussões que a perpetuação do horizonte do fracasso causou e causa no Brasil e no brasileiro, os conceitos de horizonte de experiência e de esperança de Reinhart Koselleck serão amplamente utilizados para compreender os processos de formação e destruição dos sentidos nacionais e seus resultados.

2. MÉTODO

O trabalho é estruturado a partir de uma metodologia que parte de uma análise comparativa dos processos revoltosos ocorridos no Brasil e em Portugal em temporalidades próximas, utilizando como eixo interpretativo os conceitos de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, de Reinhart Koselleck, articulados à perspectiva da colonialidade e da narrativa histórica.

A pesquisa combina revisão bibliográfica de natureza histórico-teórica com análise qualitativa dos desdobramentos políticos, institucionais e narrativos de revoltas populares específicas — Cabanagem e Canudos, no caso brasileiro, e Maria da Fonte e Revolta da Batata, no caso português — buscando compreender como diferentes formas de repressão estatal, negociação política e construção narrativa conformaram percepções distintas acerca da eficácia da ação popular em cada realidade nacional. A partir disso, o estudo investiga como a repetição histórica de derrotas populares violentamente reprimidas no Brasil contribuiu para a formação de um “horizonte do fracasso”, entendido como elemento estruturante do sentimento nacional, da relação entre povo e Estado e da própria percepção contemporânea da participação política.

3. OS PROCESSOS REVOLTOSOS

3.1. Os processos revoltosos brasileiros

O Brasil oitocentista foi cenário de diversas revoltas, assim como Portugal em recortes de temporalidade semelhantes, no entanto o que as difere tão essencialmente, são dois fatores principais, como elas terminaram e os resultados, os efeitos observados nos desenrolares da história, que demonstram suas consequências no sentimento nacional e comportamento organizacional institucional e popular.

Nesse sentido, cabe a caracterização histórica do primeiro processo revoltoso a ser abordado, a Revolta dos Cabanos. Com seu início em 6 de Janeiro de 1835, na região antes conhecida como Grão-Pará (que englobava os atuais estados de Pará, Amazonas, Amapá, Roraima e Rondônia). Aproveitando-se da ocasional oportunidade trazida pela instabilidade política da região, cabanos, índios tapuios e negros, se uniram e invadiram o quartel e o palácio do governador de Belém, assassinando o presidente da província Sousa Lobo².

A Província do Grão-Pará possuía uma história de isolamento econômico e político em relação ao restante do Brasil, mantendo até o século XIX relações mais intensas com Lisboa do que com o Rio de Janeiro. Com a independência do Brasil em 1822, a elite paraense aderiu tardiamente ao novo império, em um processo marcado por violência e repressão às populações locais que resistiram à nova ordem.

Essa exclusão política foi agravada com a nomeação de presidentes provinciais vindos do sul do país, desconsiderando os interesses das elites regionais e das camadas populares. As desigualdades sociais eram profundas: a maioria da população era composta por índios aldeados, negros escravizados e mestiços pobres, sem acesso à terra, ao poder político ou à cidadania plena.

A disputa política na região era acalorada, entre dois partidos, Caramuru (composto por portugueses e seus afeiçoados) e Filantrópico (brasileiros nacionalistas). O clima esquentou e em 1831, o líder do Filantrópico, Batista Campos, é preso, sua prisão gera revolta e então o presidente da província, Bernardo Lobo de Sousa, iniciou uma forte política de repressão. Daí em diante, a perseguição política escalona e a organização cabana se intensifica.

A revolta ganhou adesão de amplos setores da população, especialmente ribeirinhos, indígenas e soldados mal pagos, que viam no movimento uma chance de mudança social.

² MELO, M. de N. S.; SANTOS, M. L. S. dos. Cabanagem: A história vivenciada na região do Grão-Pará. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 12, 2021. p. 2-3

A cabanagem era o crescimento do movimento popular contra os portugueses e uma verdadeira independência. A cabanagem era para acabar com a humilhação da escravidão. Eram nativistas, querendo assumir a independência dos portugueses. A luta dos Cabanos era para melhores condições de vida para o povo. Legalidade para o povo, sem arbítrio, para o povo que viveu oprimido aos grandes da época (THORLBY, 1988, p. 59)

Estes, no dia 6 de Janeiro de 1835, invadem o palácio do governo em Belém, matam Bernardo Lobo de Sousa e o comandante das armas, se apoderaram de todo o armamento disponível e tomam o poder da província. A revolta chegou a ser nomeada como “revolução espantosa” em razão da ferocidade em combate dos cabanos³, que encontrava forte motivação no sentimento que compartilhavam, o de não pertencimento ao novo Brasil independente⁴ e, por tanto, o ódio ao imperialismo português e as figuras que ainda o representava, os brancos e portugueses⁵.

Inicialmente, um dos líderes da revolta, Felix Clemente Malcher, foi nomeado pelos rebeldes como presidente da província, mas depois de poucos dias foi deposto e morto e pelos próprios rebeldes, considerado um traidor por apoiar as exigências do Governo Imperial⁶. Francisco Vinagre e depois Eduardo Angelim deram continuidade ao governo rebelde.

Após algumas tentativas de pacificação mal sucedidas, Francisco Vinagre foi preso, inflamando a revolta, que resultou em nove dias de batalha, na morte de Vinagre e na retomada da capital, agora sob o comando de Eduardo Angelim, que assume a presidência da província e mantém por 10 meses a elite sobre o controle cabano.

No entanto, como quase toda revolta, a maior dificuldade, após a tomada de poder é claro, é consolidar um governo de forma a gerar estabilidade e um novo status quo, liderado agora, pelos revoltosos. A já tão árdua tarefa, era ainda dificultada pela forte represália e tentativas de retomada do poder por parte do Estado, a fome, desordem e a varíola.

Vale notar, que a Cabanagem, ainda que tenha tido seu fim trágico e violento, tal qual as demais revoltas brasileiras, foi a única que de fato conseguiu por um período, ocupar o poder governamental, ainda que regional. No entanto, os cabanos não possuíam qualquer

³ GUEDES, Maurício Sullivan Balhe. La Cabanagem (1835-1840) y el constitucionalismo olvidado: trazos de la formación del pensamiento liberal brasileño. *Historia Constitucional*, Oviedo, n. 26, p. 479-523, 2025. p. 483.

⁴ GUEDES, Maurício Sullivan Balhe. La Cabanagem (1835-1840) y el constitucionalismo olvidado: trazos de la formación del pensamiento liberal brasileño. *Historia Constitucional*, Oviedo, n. 26, p. 479-523, 2025. p. 484.

⁵ GUEDES, Maurício Sullivan Balhe. La Cabanagem (1835-1840) y el constitucionalismo olvidado: trazos de la formación del pensamiento liberal brasileño. *Historia Constitucional*, Oviedo, n. 26, p. 479-523, 2025. p. 483.

⁶ SANTOS, M. L. S. dos. Cabanagem: A história vivenciada na região do Grão-Pará. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 12, 2021. p. 14

programa de governo que definisse seus objetivos, e nem apresentaram um conjunto sistemático de exigências. (LINHARES, 2000, p.120).

Após bloqueios, bombardeios e invasões fortemente armadas, o brigadeiro Francisco José consegue se reinserir na região e emite um mandado de busca para Angelim, que em 1836 foi capturado junto à esposa. No entanto, sua captura não representou o fim da guerra, os cabanos seguiram em meio à selva, lutando arduamente até o ano de 1840, quando foram exterminados, que representou cerca de 30 a 40% da população local, extinguindo nações indígenas como os murá e mauê ⁷.

O resultado, uma região devastada pela violência, pela fome e pela doença. O declínio habitacional alterou diretamente a cultura da região, obrigando os cabanos que ainda restavam a se abrigarem em lugares para além de Belém. Devido a instabilidade restante na região, a presença imperial portuguesa volta crescente, bem recebida pela elite e de maneira repressiva para o restante da população.

As demandas das camadas mais pobres não foram atendidas, a miséria e a fome não só não foram resolvidas, como cresceram e se espalharam pelo déficit de mão de obra agrícola, além da varíola que cooperou para o aumento do número de mortos. Foram 30 mil mortos em batalha e nenhuma reivindicação atendida ou melhora para o povo concretizada.

Assim como um breve resumo sobre os acontecimentos históricos da Revolta dos Cabanos é crucial para o entendimento do artigo, o mesmo deve ser feito com a Revolta de Canudos.

Cinquenta e seis anos depois, agora em um Brasil republicano, inicia-se a Revolta de Canudos, com sua gênese intimamente ligada às transformações sociais que marcaram o fim do Império e o início da República no Brasil. A abolição da escravidão em 1888 e a proclamação da República em 1889 provocaram intensas mudanças na ordem social, política e econômica. No sertão nordestino, região marcada pela seca, pobreza extrema e ausência do Estado, essas mudanças não resultaram em melhorias concretas para a população local, que permaneceu marginalizada. Pelo contrário, com a instituição da República os municípios passaram a poder cobrar impostos com maior autonomia, o que resultou em cobranças abusivas que não podiam ser sustentadas pelos moradores da região, e portanto, foram motivo de revolta.

⁷ SANTOS, M. L. S. dos. Cabanagem: A história vivenciada na região do Grão-Pará. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 12, 2021. p. 14

Nesse contexto, surge a figura de Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido como Antônio Conselheiro, um líder religioso e carismático que pregava a salvação espiritual, a penitência e a recusa da ordem republicana, como uma alternativa à situação das mazelas. Considerado por seus seguidores como um enviado divino, Conselheiro atraiu milhares de sertanejos ao povoado de Canudos, que era antes uma fazenda abandonada e foi ocupada pelo grupo⁸. Lá se estabeleceu uma comunidade autônoma, baseada em princípios religiosos⁹, cooperação coletiva e resistência à autoridade do Estado.

O crescimento e prosperidade de Canudos despertou a preocupação das autoridades civis e militares. A comunidade era percebida como uma ameaça à consolidação da República e como um foco de rebeldia monarquista e messiânica¹⁰. Conselheiro junto a seus aliados amedrontavam os latifundiários, a alta cúpula da igreja católica e o exército, fazendo com que a opinião pública construísse os mais variados estereótipos acerca dos sertanejos de Canudos¹¹.

Em 1896, o governo federal organizou a primeira expedição militar para desarticular o arraial, iniciando a Guerra de Canudos, mas a tropa foi derrotada pelos habitantes de Canudos. Outras duas expedições também fracassaram, aumentando o embaraço do regime republicano.

Em 1897, foi enviada uma quarta e última expedição, composta por mais de 4 mil soldados e armamento pesado. Após meses de combate, o povoado foi completamente destruído, e a população massacrada.

Este foi violento, desapiedado, formidável; assisti-o da sede da comissão de engenharia.

A artilharia fez estragos incalculáveis nas pequenas casas, repletas todas. Penetrando pelos tetos e pelas paredes as granadas explodiam nos quartos minúsculos despedaçando homens, mulheres e crianças sobre os quais descia, às vezes, o pesado teto de argila, pesadamente como a laje de um túmulo, completando o estrago. (CUNHA, 2000)

Antônio Conselheiro faleceu pouco antes da queda definitiva do arraial. As estimativas indicam que cerca de 25 mil conselheiristas morreram no conflito, entre mortos

⁸ DANTAS, Jozafá. Canudos: a revolta de um povo. DF Letras: a revista cultural de Brasília, Brasília, ano 3, n. 29-30, p. 25-33, 1997. p

⁹ Mas que não seguiam exatamente a doutrina católica, comum à época. Foi inclusive perseguido pela Diocese da Bahia sob a acusação de estar “pregando doutrinas subversivas, fazendo um grande mal à religião e ao Estado”.

¹⁰ Os principais jornais da época dos grandes centros tacharam a população de Canudos como “bárbaros”, “loucos”, “monarquistas”, “anarquistas” e “degenerados”(NEPOMUCENO, 2019)

¹¹ NEPOMUCENO, Marco Aurélio Dantas. A República dos “Degolados”: chacina e banalidade do mal na obra Os Sertões de Euclides da Cunha. In: Seminário Nacional Fontes Documentais e Pesquisa História, 2019. p. 986-995.

em combate e, mulheres e crianças que foram executadas após a tomada do local. Canudos foi destruído, suas ruínas queimadas e seus pouquíssimos sobreviventes, perseguidos.

3.2 Os processos revoltosos portugueses

Após a revisão das revoltas brasileiras a serem estudadas, o foco muda para o outro lado do Atlântico, Portugal. A seleção de processos revoltosos portugueses ocorridos em recortes temporais próximos ao brasileiros é estratégia para reforçar e facilitar o entendimento da perspectiva comparada.

Em 1846, na província de Minho no império português, eclode a Revolta da Maria da Fonte, também chamada de Revolução do Minho. Com teor essencialmente popular e particularmente feminina¹², protagonizada e alimentada por mulheres¹³, reuniu forças contraditórias, de antigos absolutistas á radicais esquerdistas, moderados e até cartistas enfurecidos pela violência e repressão do regime de Cabral.

O levante teve como catalisadores a crescente insatisfação das populações rurais com as reformas políticas e sociais promovidas pelo governo cartista, liderado por António Bernardo da Costa Cabral, numa conjuntura marcada pela centralização do poder, o lançamento de novos impostos¹⁴ e novas leis de saúde¹⁵, que proibiram enterros no chão das igrejas e impunham que fossem realizados em cemitérios¹⁶, contrariando as tradições religiosas profundamente enraizadas.

O levante rapidamente se espalhou para outras regiões, entre abril e maio do mesmo ano já havia alcançado Trás-os-Montes e o Vale do Douro. Os revoltosos atacaram os principais sinais de presença do Estado, os quartéis, cartórios e demais repartições públicas, explicitando a rejeição ao governo cabralista.

A revolta foi nomeada em referência simbólica à figura de uma mulher, Maria da Fonte, que teria liderado protestos na vila de Póvoa de Lanhoso. A personagem, embora

¹² Mas não feminista, já que não se tratava de reivindicações de direitos para as mulheres ou possuía carácter progressista.

¹³ OLIVEIRA, Aurélio de. Maria da Fonte no Contexto das Revoltas e Motins Populares em Portugal. In: Congresso "Maria da Fonte"- 150 anos", 1996, Póvoa de Lanhoso. p. 53.

¹⁴ A contribuição de repartição e o imposto para as estradas.

¹⁵ PINTO, António Costa; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (Coord.). História política contemporânea: Portugal: 1808-2000. 1. ed. Lisboa: Objectiva, 2019. p. 92

¹⁶ A lei de 21 de setembro de 1835, explicitada no decreto de 8 de outubro, proibiu definitivamente a inumação de cadáveres nas igrejas e ordenou a construção de cemitérios públicos, fora dos limites das aglomerações. Estas novas funções seriam suportadas por taxas pelas populações, à exceção dos mendigos e militares.

envolta em traços míticos, tornou-se símbolo da mobilização popular feminina e da luta contra as reformas liberais impopulares.

Os revoltosos clamavam pela defesa da antiga ordem municipal, contra um governo centralizador, a extinção das Companhias das Ordenanças ¹⁷, e os impostos abusivos. O conflito se agravou e passou a ganhar contornos violentos.

A gravidade da revolta obrigou a rainha D. Maria II a demitir Costa Cabral em maio de 1846. Em seu lugar, nomeou o Duque de Palmela, tentando acalmar os ânimos. No entanto, a instabilidade política permaneceu. Os cabralistas reagiram, e parte da elite militar e administrativa manteve resistência à mudança. As divergências entre setembristas (liberais moderados) e cartistas (liberais conservadores) ampliaram-se, levando ao agravamento da situação.

A magnitude da rebelião foi tamanha que escalou o conflito até uma guerra civil, que só foi encerrada com interferência estrangeira. Durante a revolta, autoridades Cabralistas, empregados públicos e do judiciário, além de terem sido alvo de violência também foram retirados de seus cargos, para os quais foram designados novos ocupantes pelo povo.

Essa tensão culminaria, ainda em 1846, na eclosão da Guerra da Patuleia, um novo conflito civil entre os partidários da revolta popular (agora aliados aos setembristas) e o governo apoiado pelos cartistas. Tal guerra só terminaria em 1847 com a intervenção da Quádrupla Aliança, formada por Reino Unido, França, Espanha e Sardenha, em defesa da monarquia constitucional e do governo cartista. A paz foi selada com a Convenção de Gramido, que estabeleceu um governo mais moderado, a vitória do Cartistas e o fortalecimento do governo da Rainha D. Maria II.

Após a virada do século, em maio de 1917, a jovem República Portuguesa enfrentou um novo levante rebelde, a Revolta da Batata. Insurgida no contexto das graves dificuldades socioeconômicas que afetavam Portugal durante a Primeira Guerra Mundial, este levante popular foi impulsionado pela crise de abastecimento de bens alimentares, pela especulação de preços, e pelas crescentes tensões sociais num cenário de escassez, inflação e fome.

O cenário político transparecia um momento de isolamento do povo, o Estado, os partidos e sindicatos estavam distantes da sociedade civil e, portanto, impossibilitaram a concretização institucional do descontentamento popular.¹⁸

¹⁷As companhias de ordenanças foram criadas pelo regimento de 10 de dezembro de 1570 e constituíam-se como forças militares do Reino e colônias portuguesas, compostas por moradores locais e encarregadas da manutenção da ordem interna (SALGADO, 1985).

¹⁸ VALENTE, Vasco Pulido. A revolta dos abastecimentos. Lisboa, Maio de 1917. Economia, [Lisboa], p.217.

A entrada de Portugal na Grande Guerra trouxe profundas transformações internas, especialmente após a entrada oficial no conflito em 1916. A mobilização de recursos para o esforço de guerra causou rupturas no fornecimento de alimentos, agravadas pela má gestão logística, pelo bloqueio marítimo e pela concentração de produtos nas mãos de intermediários e comerciantes, que praticavam preços abusivos. A batata, sendo um dos alimentos básicos da dieta popular, tornou-se símbolo da escassez e do descontentamento generalizado.

O episódio central da revolta ocorreu quando, ao faltar pão por toda a cidade de Lisboa e o preço da batata subir de 60 réis o quilo, para 140, 160 e até 200¹⁹. Diante da subida súbita dos preços da batata e outros insumos, nos dias 19 e 20 de maio, grupos populares, compostos principalmente por mulheres e operários, saíram às ruas de Lisboa, saquearam mercados, invadiram armazéns e enfrentaram as forças da ordem²⁰. Os protestos rapidamente adquiriram um caráter político mais amplo, refletindo o desgaste da Primeira República (instaurada em 1910) e o descrédito popular em relação à capacidade do governo em garantir as necessidades mínimas da população.

Após forte repressão, com tropas das Forças Armadas mobilizadas para conter os distúrbios, e diversos manifestantes presos ou feridos, a revolta, embora espontânea e desorganizada, revelou as contradições da República Portuguesa, que, ao participar do esforço de guerra aliado, sacrificou o bem-estar interno em nome de uma inserção internacional que pouco beneficiava as massas populares.

Em outros termos, a Revolta da Batata constituiu uma luta pura do povo, não de instituições, na qual as camadas populares de forma desorganizada direcionam suas insatisfações, à princípio, aos responsáveis diretos pelas suas dificuldades, os padeiros e donos de mercearias, sem mediação política.

No parlamento Deputados discutem a situação e surgem acusações contra o Governo, a revolta escancara a necessidade e pressiona o tão distante campo político a discutir um dos problemas mais prementes da época: a questão dos abastecimentos e das subsistências²¹.

4. NARRATIVAS E REALIDADE

Compreender que uma história une elementos da realidade objetiva — interpretados sob a perspectiva do narrador e baseados em fontes de investigação — é o passo inicial para entender o impacto de sua transmissão. Nesse processo, o narrador viabiliza a narrativa ao

¹⁹ VALENTE, Vasco Pulido. A revolta dos abastecimentos. Lisboa, Maio de 1917. *Economia*, [Lisboa], p. 211.

²⁰ VALENTE, Vasco Pulido. A revolta dos abastecimentos. Lisboa, Maio de 1917. *Economia*, [Lisboa], p.213.

²¹ *Diário da Câmara dos Deputados*, n.º 71, 22, 23 e 24 de maio de 1917.

transformar os elementos-fonte em objetos de narrativização, um fenômeno que, por sua natureza, pode resultar no distanciamento da própria realidade.

O conceito de narrativa proposto por Koselleck, de forma bastante resumida, indica um instrumento linguístico que permite transformar o agregado de eventos em um sistema dotado de sentido, incluindo a temporalidade dos eventos singulares.

Estas compõem fundamentalmente o processo de formação de uma nação, a ideia que ela carrega e propaga, endossa ou destrói horizontes de esperança. O que Reinhart Koselleck chamou de espaço de experiência e horizonte de expectativa, são indicativos de um processo de conformação dos sentidos e das possibilidades de representação da dinâmica da realidade, que entrelaçam passado e futuro.

Na experiência está contido o passado atual, no qual os acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados, além da experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, que está contida e conservada como uma experiência alheia. Ela abrange tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento que não precisam mais estar presentes no conhecimento. É saturada de realidade, inclui as possibilidades realizadas ou falhas, e pode mudar ao longo do tempo, pois não é cronologicamente mensurável de forma linear. O espaço de experiência forma um todo em que múltiplos estratos de tempos anteriores estão presentes simultaneamente.²²

Já a expectativa é o futuro presente, o que até então não havia sido experimentado e pode, por tanto, apenas ser previsto. Tem em si, os medos, esperanças, desejos, vontades, inquietações e também a análise racional.²³ É um horizonte metafórico no qual se abre um novo espaço de experiência que ainda não pode ser contemplado, é a necessidade de esperar algo. Este é moldado, conscientemente ou não, pelo espaço de experiência já experimentado.

Para os fins deste estudo, a narrativa histórica explorada compreende os processos revoltosos ocorridos no Brasil em perspectiva comparada com os de Portugal. Analisa-se como os desdobramentos desses conflitos, especificamente as formas de repressão e seus resultados posteriores, denunciam o *modus operandi* de um sistema estatal marcado pela herança colonial. A partir dessa dinâmica, investiga-se a formação do sentimento nacional e a própria construção da ideia do papel do indivíduo enquanto cidadão. O principal fator de

²² KOSELLECK, Reinhart. Histórias de conceitos : estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. Tradução Markus Hediger ; revisão técnica e de tradução: Bernardo Ferreira, Arthur Alfaix Assis. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

²³ KOSELLECK, Reinhart. Histórias de conceitos : estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. Tradução Markus Hediger ; revisão técnica e de tradução: Bernardo Ferreira, Arthur Alfaix Assis. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020. cap. 14

diferenciação adotado nesta análise é a assimetria de poder inerente à relação entre colônia e metrópole.

A escolha dos conflitos e dos Estados em questão em nada é acidental, intencionalmente utiliza-se da análise estrutural da temporalidade a fim de comparar, não apenas processos revoltosos aleatórios, mas sim, revoltas que ocorreram em momentos próximos na temporalidade, contextualizadas na âmbito da relação de poder, estudadas para explorar seus diferentes efeitos no sentimento coletivo de suas respectivas nações e os efeitos práticos.

Cabe observar, que a ausência da percepção da existência de certas limitações de retratação da realidade nas narrativas históricas, pode implicar em difundi-las como verdade absoluta, dinâmica recorrente na sociedade pré moderna. Ainda presente nos tempos modernos, reproduzidas aos interesses vitoriosos do colonizador e por eles também propagadas, essas narrativas conformam sentidos e compõe a percepção de si do cidadão da colônia.

O fenômeno que Peter Burke chamou de “o ideário vitorioso”²⁴ descreve as ideias e a perspectiva narrativa predominante, que se estabeleceram como narrativa principal e influenciam a percepção de realidade ao longo do tempo. Não necessariamente correspondem à história real²⁵. A narrativa que carrega o ideário vitorioso no Brasil oitocentista²⁶ pertence à perspectiva do Estado português, que ocupava a posição de domínio das terras, dos meios de comunicação e portanto, das ideias e horizontes.

Toda história é algo diferente do que a articulação linguística é capaz de nos transmitir (KOSELLECK, 2006) e portanto, o que resta aos que não estavam presentes, são versões e recortes, narrativas. Os fenômenos históricos, na maneira como os conhecemos, são nesta lógica, relatos perspectivistas de coisas passadas. Contudo, basta olhar para o agente, ao invés de focar apenas na ação, que facilmente percebe-se que, alguém a de ocupar o papel de contador dessas histórias.

²⁴ BURKE, P. Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

²⁵ “Existem diferentes estratos das experiências, já adquiridas ou que podem ser vividas, do que é ou pode ser lembrado, enfim do que foi esquecido ou jamais foi transmitido, aos quais recorreremos e que são organizados a partir das perguntas atuais. Que se considerem fatores linguísticos ou extra-linguísticos é decisivo para a forma de reproduzir a história passada. Já por causa desta escolha prévia, nenhum relato de coisas passadas pode incluir tudo o que então existiu ou ocorreu. Dito em termos mais genéricos: linguagem e história permanecem dependentes uma da outra, mas nunca chegam a coincidir inteiramente. Sempre existe uma dupla diferença: a diferença entre uma história em curso e sua possível tradução linguística, e a diferença entre uma história que já passou e sua reprodução por meio da linguagem.” (KOSELLECK, 2006, p.267-268)

²⁶ E muitos anos depois disso. Passou a ser contestado efetivamente do meio para o final do século XX.

A narrativa colonial, na qual está contido o ideário vitorioso, é a reprodução do pensar colonialista – a superioridade étnica, o salvadorismo²⁷, o eurocentrismo, a cultura de exploração, e tudo mais que inclui a visão colonial sobre si mesmos, mas principalmente sobre o indivíduo brasileiro e “não português” – que molda a maneira como a história de um evento, no caso em pauta as revoltas, é contado.

No contexto desse estudo, o poderio estatal é sujeito protagonista na reivindicação de narrativas históricas e formação de sentidos. Ocupava à época das revoltas retratadas²⁸, a posição de defensor dos interesses do Império português e posteriormente, de defensor da nova ordem republicana e da propriedade privada, em ambas as situações, alinhado aos interesses da elite²⁹. Nesse sentido, o Estado e as estruturas para as quais governava pela manutenção, obtinham o monopólio da grande imprensa e da propagação de informação em massa, ocupando a centralidade na disseminação das narrativas.

A forma como as revoltas foram retratadas, enquanto vigentes e posteriormente, explicitam a ação colonialista de influir sobre o pensar e agir, de modo a reforçar o ideário que mantém a subordinação à influência externa e a manutenção dos mecanismos de dominação. Uma dimensão narrativa que realça o espaço de experiência das derrotas das revoltas populares brasileiras e descredibiliza os revoltosos, para deslegitimar suas reivindicações, justificando o modo de agir do Estado, como ele era.

Tal construção resultou na imbricação de em um horizonte de expectativa baseado no fracasso no povo brasileiro, onde este é o resultado dos levantes populares. Estabelece-se aqui então o chamado horizonte do fracasso.

Contido nele, está a desesperança no poder popular e a descrença em movimentos políticos-sociais como forma eficaz de conquista de direitos. Contaminado pela narrativa colonialista, na tentativa de manter o povo manso e obediente, conforma a aceitação de efetivação dos direitos por meios reformistas, quando de acordo com os interesses das elites que comandavam e ainda comandam o país ou perante a necessidade, seja por pressão internacional, como no caso do fim da escravidão, ou como maneira de evitar um processo revoltoso.

²⁷ RIBEIRO, Darcy. O Povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed., 20. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

²⁸ Cabanagem e Canudos.

²⁹ É necessário aqui o entendimento de que as elites brasileiras da época são majoritariamente portuguesas, que vieram ao Brasil aumentar ou fazer fortuna por meio da exploração. Não há espaço para o conceito de burguesia nesse contexto, pois esta representaria uma ascensão econômica de uma camada popular e uma classe social separada, o que não ocorreu no contexto brasileiro. (GUEDES, 2025)

Ainda que a visão decolonial esteja em um crescente atualmente, à medida que o tempo passa mais distantes ficam as fontes primárias da história, mais distante está a realidade objetiva, tornando mais difícil a busca por fontes alternativas à perspectiva colonial. E tal qual a experiência cultural “a historicidade é o elemento que permite a compreensão do distante que se faz presente e que se torna futuro, laço que performa na temporalidade para guiar os sentidos e os significados da experiência”(SULLIVAN, 2024) e portanto, formam também o entendimento de um povo sobre seu lugar e sobre si mesmo.

5. UMA PERSPETIVA COMPARADA

5.1 Análise comparativas dos processos revoltosos

A assimetria de poder entre a antiga metrópole e o Estado Brasileiro, conferiu ao aparelho estatal, fundado sobre a herança colonial, a capacidade de ditar as narrativas históricas e torná-las oficiais. No caso de episódios como a Cabanagem e a Guerra de Canudos, a narrativa hegemônica instrumentalizou a realidade objetiva, aproveitando-se do fato concreto de que esses movimentos foram militarmente derrotados e não alcançaram seus objetivos imediatos, o discurso oficial chancelou a ideia de fracasso inerente à insurgência popular. Assim, a perspectiva do poder estabelecido sobrepõe-se à história, esvaziando o potencial transformador dos levantes.

Ainda que os conflitos brasileiros e portugueses tivessem tido uma ampla variedade na quantidade de envolvidos, a metodologia comparativa leva em consideração as diferentes escalas e durações, no intuito de fortalecer o estudo.

Efetivamente, ambas as revoltas obtiveram como resultado massacres, extermínio de povos, fome e miséria. A realidade dura da letalidade do Estado escancara a perspectiva que este reproduz, assim como número de mortos em uma perspectiva comparada denuncia o *modus operandi* que os Estados operam.

Em uma tratativa especificada, a Revolta do Cabanos (1835 - 1840), apesar de ter alcançado um notável feito na história das revoltas brasileiras, com tomada do poder de Estado, ainda sim teve seus apoiadores massacrados e nenhuma de suas exigências atendidas. A atuação da represália governamental resultou no extermínio de cerca de 30 a 40% da população local³⁰. O governo imperial português da época reprimiu com vasta violência e com tentativas de pacificação falsas, sem intenção de atender as demandas ou de negociação real.

³⁰ MELO, M. de N. S.; SANTOS, M. L. S. dos. Cabanagem: A história vivenciada na região do Grão-Pará. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 12, 2021, p. 8.

Este conflito em especial, por ter conseguido a tomada de poder, logo em seus primeiros meses, após a morte de Pedro Lobo, tornou-se pauta no parlamento nacional³¹. A decisão do parlamento confirmou a política de violência e a relação de poder repressiva. Nesse contexto, foi aprovada a Lei nº 26 de 22 de setembro de 1835, a qual “suspendia os os § 6º, 7º, 8º, 9º e 10º do art. 179 da Constituição” (de 1824)³². A legislação, efetivamente permitiu prisões injustificadas, invasões e perseguição política legalizada. Esta é a documentalização do descaso com as demandas populares, a condição de semi-escavidão sob a qual o povo cabano vivia e com as vidas desses, vidas brasileiras, não portuguesas.

À mesma maneira, durante a Revolta de Canudos, a tão jovem República demonstra de maneira ainda mais sangrenta a postura repressiva e colonialista. O episódio é marcado pela exacerbada violência unilateral e injustificável do Estado.

Diferente dos cabanos, que ativamente agiram de forma violenta em respostas às violências que vinham sofrendo desde de a colonização, a comunidade de Canudos foi dizimada sem ter cometido atos de insurreição violenta contra o governo, ou qualquer violência ativa, apenas defensiva contra as expedições militares enviadas para matá-los. O massacre escancarou a postura intolerante e repressiva herdada do período colonial e mantida, ainda que destoasse do discurso liberal e progressista.

A existência de Canudos representava um ato revolucionário de resistência, uma alternativa às condições impostas, à fome e à miséria. Era ato de revolta por si só, sem ter de tentar tomar o poder. Antônio Conselheiro foi declarado inimigo da República, porque materializou uma alternativa e contradição ao próprio Estado e às condições que, voluntária ou involuntariamente, ele sujeitará as mazelas sertanejas.

³¹ PEREIRA, Thailana de Jesus Cordeiro. A suspensão Constitucional no Pará com a lei nº 26 de 22 de setembro de 1835 e as medidas para a repressão aos cabanos (1835-1840).

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2018. 123f. p. 13

³² “VI. Qualquer póde conservar-se, ou sahir do Imperio, como lhe convenha, levando comsigo os seus bens, guardados os Regulamentos policiaes, e salvo o prejuizo de terceiro.

VII. Todo o Cidadão tem em sua casa um asylo inviolavel. De noite não se poderá entrar nella, senão por seu consentimento, ou para o defender de incendio, ou inundação; e de dia só será franqueada a sua entrada nos casos, e pela maneira, que a Lei determinar.

VIII. Ninguém poderá ser preso sem culpa formada, excepto nos casos declarados na Lei; e nestes dentro de vinte e quatro horas contadas da entrada na prisão, sendo em Cidades, Villas, ou outras Povoações proximas aos logares da residencia do Juiz; e nos logares remotos dentro de um prazo razoavel, que a Lei marcará, attenta a extensão do territorio, o Juiz por uma Nota, por elle assignada, fará constar ao Réo o motivo da prisão, os nomes do seu accusador, e os das testermunhas, havendo-as.

IX. Ainda com culpa formada, ninguém será conduzido á prisão, ou nella conservado estando já preso, se prestar fiança idonea, nos casos, que a Lei a admite: e em geral nos crimes, que não tiverem maior pena, do que a de seis mezes de prisão, ou desterro para fôra da Comarca, poderá o Réo livrar-se solto.

X. A' excepção de flagrante delicto, a prisão não póde ser executada, senão por ordem escripta da Autoridade legitima. Se esta fôr arbitraria, o Juiz, que a deu, e quem a tiver requerido serão punidos com as penas, que a Lei determinar.” In: BRASIL. Constituição (1824). Lex: Constituição Política do Império do Brazil, de 25 de março de 1824.

No entanto, um ano após o extermínio dos cabanos, o Império português vivenciou outra revolta, mas agora em sua metrópole. Na província de Minho eclodiu a Revolta da Maria da Fonte (1846) que apesar de também ter sido reprimida, houveram tentativas de apaziguamento por parte da coroa, ao depor Costa Cabral de seu posto e substituí-lo, a fim de acalmar os ânimos revoltosos.

Posteriormente, já com Portugal enquanto uma república recém consolidada, a Primeira Guerra Mundial somada à inflação resulta na fome das camadas mais pobres da sociedade com o aumento exponencial do preço dos alimentos básicos. A revolta toma duas grandes cidades e o governo declara Estado de sítio. Após repressão violenta, o Estado fez uma tentativa de redução dos preços dos alimentos, a qual, ainda que tenha sido mal sucedida, demonstrou um esforço em atender as demandas da população. Ademais, a situação foi discutida no parlamento e a responsabilidade do governo foi apontada por deputados³³ e senadores³⁴.

As tentativas de negociação e por vezes até o atendimento das demandas dos revoltosos portugueses, demonstram uma diferença nítida no comportamento do Estado em relação ao seu próprio povo em comparação com a população de sua colônia. Mais do que isso, esses resultados tão distintos entre as revoltas brasileiras e portuguesas criam diferentes horizontes de expectativa, já que Portugal possui um espaço de experiência no qual as revoltas populares têm suas demandas ouvidas pelo Estado, atitudes são tomadas e ainda que sofram repressão e violência, há alguma mudança. Diferentemente do Brasil, que acumula repressões extremamente violentas, feitas por um Estado que não tem intenção de negociar ou atender quaisquer clamores do povo revoltoso, com isso nenhuma mudança é feita, e não ocorrem progressos para a população, pelo contrário, em geral são dizimados.

Não há um consenso quanto ao número de mortos durante a Revolta da Maria da Fonte, mas as estimativas estão na casa das centenas. Já a Revolta do Abastecimento resultou cerca de 40 mortos em seus dias mais violentos (19 à 21 de maio)³⁵. Um contraste notável com os 30 à 40 mil cabanos mortos e 25 mil conselheiristas.

A disparidade entre o número de mortos revela o valor de cada vida para o Estado Português, bem como a essência exploratória da colonização, cujos objetivos eram extrativistas e não de desenvolvimento populacional. Mão de obra barata e terreno rico.

³³ *Diário da Câmara dos Deputados*, n.º 71, 22, 23 e 24 de maio de 1917

³⁴ *Diário do Senado*, n.º 60, de 24 de maio de 1917

³⁵ LINO, Filipa. A Revolta da Batata foi há 100 anos. *Jornal de Negócios*, 2017.

5.2 A disseminação propagandista das narrativas

O teor da campanha narrativa conduzida pelo Império contra os rebeldes revela o aspeto do salvacionismo³⁶ da relação colonial. Durante a revolta, os Cabanos foram frequentemente tomados como “ralé”, “populacho”, retratados pelos historiadores do Império como atores de um acontecimento catastrófico e desarticulador de um ordem social tida por virtuosa e civilizada³⁷. Da mesma forma, a nova República conduziu uma campanha narrativa difamatória sobre a comunidade de Canudos. Os sertanejos foram trajados como monarquistas e parte de uma conspiração internacional³⁸. O Estado de São Paulo, jornal aliado a Prudente de Moraes, passou a alegar que a agitação na Bahia era um movimento pela restauração monárquica e que se formava um "exército imperialista", parte de uma conspiração contra a República, um discurso radical para justificar o extermínio do arraial conselheirista como único meio capaz de provar o compromisso do governo eleito com os princípios republicanos.

6. O IMPACTO NO SENTIMENTO NACIONAL

6.1. Conformação de sentidos

Configuram-se, portanto, duas dimensões distintas na construção do sentimento nacional de cada país. Em Portugal, consolida-se a noção de que o poder popular é potente e de que os processos revoltosos são eficazes, uma vez que resultam em mudanças tangíveis para a população. Em contrapartida, no Brasil, constrói-se a percepção de que as revoltas carecem de eficácia prática; os clamores populares só ganham vazão quando filtrados e institucionalizados pelas elites. Assim, ainda que legítimas, as insurreições deixam para o povo brasileiro um legado predominantemente associado à destruição e ao fracasso, esvaziado de conquistas reais.

O impacto de um horizonte do fracasso no sentimento nacional brasileiro não se reduz a manifestações episódicas de frustração social, mas apresenta-se como um elemento estrutural da identidade coletiva. A percepção de que o Brasil é uma nação inferior ou impotente acompanha a construção do imaginário nacional desde o século XVI. Esse imaginário encontra-se permeado por um duplo movimento: de um lado, a afirmação de

³⁶ RIBEIRO, Darcy. O Povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed., 20. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

³⁷ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. A revolta popular revisitada: apontamentos para uma história e historiografia da Cabanagem. Projeto História, São Paulo, n. 19, p. 227-241, nov. 1999.p. 231.

³⁸ HERMANN, Jacqueline. Canudos Destruído em Nome da República: uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897. Tempo, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 81-105, 1996.

grandezas simbólicas, como o território continental, a diversidade cultural e a riqueza natural e, de outro, a internalização de narrativas de atraso e de incapacidade crônica de consolidar um projeto de futuro comum.

Essa ambivalência se expressa na recorrência de projetos nacionais interrompidos ou esvaziados, produzindo uma constante sensação de adiamento histórico. A cada ciclo político, do Império às Repúblicas, passando pelo regime militar e pela redemocratização, reforça-se a expectativa de transformação estrutural, mas também a frustração com a não realização dessas promessas. Assim, a identidade nacional é moldada menos por conquistas consolidadas e mais por um repertório de promessas não cumpridas, assim como foram seus processos revolucionários.

Construiu-se então, um sentimento nacional tomado pela ambiguidade de sua própria essência. Um orgulho nacional que se concentra em símbolos culturais e esferas de afirmação mundialmente reconhecidas, como o futebol, o samba, as comidas típicas e o calor brasileiro. Elementos que convivem com um discurso auto-depreciativo no qual o Brasil é frequentemente retratado como “o país do jeitinho”, um lugar perigoso e atrasado, incapaz de superar sua condição periférica, o que funciona como símbolo da incapacidade institucional do país, reforçando a percepção de atraso. Assim, a identidade nacional se constitui em um jogo permanente entre auto exaltação e uma baixa auto estima crônica.

Essa noção foi herdada pelo horizonte do fracasso que foi construído com o poderio colonialista e gira em torno do espaço de experiência da derrota. A Cabanagem e Canudos ocupam um lugar central na narrativa histórica como expressões da resistência, mas também como testemunho de exclusão, repressão e comportamento violento do Estado, que reproduz a lógica colonialista e diferencia o valor da vida com base em sua etnia e classe social. Em vez de narrativas de vitórias nacionais unificadoras, a experiência histórica brasileira frequentemente se estrutura em torno de derrotas populares e de elites que se renovam sem alterar o padrão de desigualdade estrutural.

Dessa forma, o impacto de um horizonte do fracasso sobre o sentimento nacional brasileiro não é apenas psicológico ou simbólico, mas político e social. Ele se manifesta tanto na forma como os cidadãos percebem sua relação com o Estado, quanto na maneira pela qual elaboram narrativas sobre si mesmos enquanto povo.

A superioridade étnica e a justificativa moral fundamental, objetivaram legitimar as barbáries do processo de colonização, bem como as ações para manutenção da cultura de poder e ordem colonial, mesmo em um Brasil independente. Esta é uma noção que se

modificou para além do expansionismo, transformou-se em olhar o de fora como superior e, portanto, a si mesmo como inferior, fenómeno apelidado de “síndrome do vira-lata”.

6.2. Revoluções e não revoluções - reprodução através do tempo

Para além de uma dimensão metafísica de um sentimento e comportamento social, há um momento histórico que reflete os efeitos da construção do horizonte do fracasso no Brasil, a Ditadura Civil-Militar(1964 à 1985), que durante certo período, ocorre de forma paralela ao Regime ditatorial Salazarista(1933 à 1974), em Portugal.

De forma a acrescentar uma robusta concretude à pesquisa, observa-se em contextos de conflitos, como são as revoltas, as revoluções e as guerras, uma clarificação da capacidade organizacional e tradição de poder popular de um povo. Para este fim, cabe novamente a utilização de eventos semelhantes, mas agora com teor diferente das revoltas, sendo estes os regimes ditatoriais ocorridos em ambos os países.

O enfoque está no reflexo que a herança colonialista – perpetuada pelas narrativas e imbricada nas instituições – tem na crença no poder popular e na capacidade organizacional e aderência do povo em lutas por mudanças sociais. Por meio da perspectiva comparada é possível esclarecer, agora em outro evento, como uma nação é profundamente impactada por seu horizonte de experiência, de forma a, mesmo em situações de ruptura do tecido social e cessão de direitos sociais, sua tradição de lutas mal sucedidas e imposição de narrativas do ideário do vitorioso³⁹, seguir moldando o comportamento de seu povo, ainda que pareçam temporalmente tão distantes.

Em recortes temporais próximos, Brasil e Portugal enfrentaram regimes autoritários marcados pela extrema direita, no entanto, apenas um deles se encerra por meio de uma revolução, com forte teor popular. O foco aqui não está em como essas ditaduras começaram e correram, mas sim em como elas terminaram.

A Revolução dos Cravos foi um evento importante na história portuguesa, marcou o fim do regime ditatorial que governou o país por mais de 40 anos. Apesar de ter iniciado como o golpe militar de capitães ligados à esquerda portuguesa⁴⁰, rapidamente a revolução ganhou forte apoio popular, de forma que o governo foi derrubado em 24 horas. Houve organização social e um horizonte de esperança que vislumbrava a vitória.

³⁹ Este, aqui, o horizonte do fracasso.

⁴⁰ SOUSA, Brenda. Há 50 anos, com a Revolução dos Cravos, nasceu um novo Portugal. Jornal da USP, 2024.

Já no Brasil, não houve uma grande revolta ou revolução, ainda que houvessem movimentos populares contra a ditadura, até mesmo armados, o horizonte do fracasso prevaleceu para a maioria, nele contido o histórico derrotista e a conformação do não agir.

A institucionalização e processo de transição lento de redemocratização brasileiro, escancara, entre tantas outras coisas, a herança colonial que carrega um povo que possui enquanto espaço de experiência o fracasso das revoltas populares e por tanto, é orientado a um horizonte de expectativa onde o que há é o fracasso. Então a fazemos lenta, incompleta, institucionalizada, sem justiça, longe das mãos e dos olhos do povo.

Ainda que em um contexto de censura, violência, cerceamento da liberdade e supressão dos direitos sociais, o horizonte projeta⁴¹ derrota e o povo se mantém domado.

Em conformação com as colocações anteriormente feitas, o encerramento do Regime ditatorial brasileiro se deu de forma institucionalizada, em uma movimento *top down*, ainda que contasse com reivindicações populares, em especial no final do processo, com o movimento Diretas Já, o processo faz jus a tradição autoritária e escravocrata⁴², herança colonial, que mais uma vez, não presenciou um rotor de mudança que veio do povo. O processo de redemocratização brasileiro, assim como os demais processos que resultaram em garantia de direitos ou realização das reivindicações populares, foi elitizado e institucionalizado, de forma a manter na mão do Estado o controle sobre as reivindicações populares e a representação do povo, em uma realidade onde o povo já não fala mais por si, mas precisa ser representado, colocado em um lugar onde a vida política não lhe pertence.

7. O PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO

O papel do Estado brasileiro na perpetuação das narrativas colonialistas é compreendido nesse estudo, assim como foi em muitos outros, como o de Aníbal Quijano, que chamou tal fenômeno de colonialidade⁴³, como a manutenção de estruturas de poder, identidade e conhecimento, que persistem mesmo após a independência política formal, estas que são as práticas de dominação, advindas da relação política e econômica, que impedem a

⁴¹ Projeção com o sentido de continuação de tendência (se AAAAA, logo projeta-se que A).

⁴² COSTA, Francisca Fábria Teodoro; CARVALHO, A. M. P. Uma análise dos sentidos da não-participação popular no Estado brasileiro: dilemas históricos e perspectivas contemporâneas. Revista de Políticas Públicas, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 535-555, 2020.

⁴³ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

autonomia e a capacidade plena de países formalmente independentes de vislumbrar sua realidade e até o futuro, fora de um ponto de vista eurocêntrico.

Tal qual sua identidade, o Estado brasileiro ocupa um papel ambíguo, o de agente e o de paciente, a perpetuação das narrativas coloniais agem sobre o Estado, tanto quanto o Estado age sobre ela. Sofre em sua formação e age ao ocupar a centralidade na construção da memória oficial, do sistema educacional e da manutenção de estruturas socioeconômicas e raciais herdadas.

Observa-se, portanto, o processo de construção da nação brasileira, formalmente iniciado com a Independência em 1822, que revelou-se, sob a ótica dos estudos pós-coloniais e da colonialidade, como uma independência incompleta. O Brasil logrou manter a integridade territorial, mas nasceu sob o signo da divisão internacional do trabalho com hegemonia inglesa, sendo inserido desde o princípio na lógica da dependência. Longe de ser um mero resquício histórico, a colonialidade representa a persistência das relações de poder, conhecimento e ser estabelecidas durante o período colonial, atuando como uma matriz de dominação que o Estado brasileiro, através de seus aparatos institucionais e narrativos, têm ativamente perpetuado.

A colonialidade é uma forma complexa de dominação que se ramifica por diversos setores da sociedade. Sua perpetuação pelo Estado ocorre em múltiplas dimensões, incluindo o controle social e econômico (colonialidade do poder), a validação de epistemologias eurocêtricas (colonialidade do saber), e a moldagem das identidades e subjetividades (colonialidade do ser). Juntas disseminam a perspectiva narrativa colonialista e constroem um horizonte de esperança que tem como base de experiência esta mesma narrativa.

A colonialidade do poder está ligada às relações hierárquicas de controle social que favorecem e aumentam as desigualdades sociais, estendendo-se desde a época colonial. A formação do Estado nacional, embora buscando a emancipação política, não rompeu com a estrutura fundamental de dependência e controle interno.

Após a Independência, o poder político permaneceu centralizado, mudando apenas o seu foco de Lisboa para o Rio de Janeiro. O Estado, ao longo da história, tem reproduzido esses mecanismos de exclusão, utilizando suas forças para o controle e coerção das massas. A luta pela construção da independência econômica e a superação das desigualdades sistêmicas permanecem um desafio central.

Ademais, a lentidão na tramitação e implementação de políticas que visam o reconhecimento de grupos historicamente marginalizados, como Afro-brasileiros e Indígenas,

é um reflexo direto da resistência por parte das elites historicamente privilegiadas, o que contribui para a permanência das injustiças e desigualdades étnicas. Nesse sentido, o racismo atua como um instrumento estrutural de exclusão que permeia as instituições brasileiras. A colonialidade do poder manifesta-se no cotidiano, em questões fundamentais que quando a gente discute a estruturação dos processos, constrói a racionalização das instituições e das relações institucionais e interpessoais, ajuda a pensar em possibilidades de desfazer os processos, método importante para se pensar em soluções e não apenas remediações disfarçadas de política pública.

Pode-se enxergar o Estado como um cimento homogeneizador da vida coletiva, que utiliza-se da instituição midiática e do sistema educacional para reforçar narrativas hegemônicas, seja por interesse institucional ou para agradar sua elite.

Intelectuais brasileiros incorporaram doutrinas científicas europeias (como o Positivismo e o Evolucionismo) para interpretar a realidade, criando uma história que legitimava as posições políticas dos altos grupos sociais e do Estado. Essa prática reflete o mimetismo pós-colonial brasileiro, que imita padrões europeus e estadunidenses em estruturas intelectuais, com a academia frequentemente consumindo e reproduzindo teorias do Norte global, mais um efeito da “síndrome de vira-lata”.

Essa forma de conhecimento eurocêntrico foi fundamental para a dominação epistemológica da sociedade brasileira. Nossa própria compreensão do tempo e da história mundial é marcada pela experiência europeia, de modo que "o Brasil passa a existir no mundo a partir da história moderna, durante a expansão europeia", como se nada ali existisse ou fosse antes de sua “descoberta”.

A história tradicional legitimada nos documentos oficiais e livros didáticos tendiam⁴⁴ a excluir a experiência histórica e as expressões culturais dos povos indígenas e negros. O discurso pedagógico oficial tende a reforçar a representação do Brasil como uma nação relativamente branca e homogênea. Análises de livros didáticos revelaram que o indígena é frequentemente retratado em estereótipos racistas, como canibal ou antropófago. A literatura infanto-juvenil, por sua vez, muitas vezes apresenta uma falta de representação negra, invisibilizando a diferença negra e promovendo até mesmo a auto-rejeição em crianças, além de certas reproduções de racismo.

A colonialidade do ser relaciona-se com a linguagem e os discursos que moldam a subjetividade e a identidade, perpetuando o sistema de controle. O mito da mestiçagem tem

⁴⁴ Atualmente já é possível observar um início de mudança desse padrão, variando muito de acordo com a instituição de ensino

sido o tema mais trabalhado na literatura e academia brasileiras desde Von Martius, e serve como um eixo importante da colonialidade interna brasileira, que ocorre quando as elites nacionais dão continuidade ao processo colonizador domesticamente.

O mito da "brasilidade" resultante, muitas vezes propagado pela mídia dominante, é prejudicial porque encobre conflitos de classe e reforça uma visão de subserviência ao poder e a "insuficiência do sul ocidental". A aceitação da diversidade étnica e cultural em símbolos nacionais (como o samba ou a feijoada) ocorreu frequentemente após a subjugação política, econômica e militar dos grupos subalternos, reforçando a ambiguidade do sentimento nacional supracitado.

Esse fenômeno atua como ferramenta de manutenção das estruturas de poder, que assim como no período colonial, atende aos interesses da elite. Estas estruturas são as mesmas que mantêm o Brasil em posição de subserviência ao estrangeiro, reforçando a dependência de tecnologias estratégicas e reduzindo o papel de um país de dimensão continental a um território apenas de exploração.

Dessa forma, o Estado age para manter o status quo, e, portanto, reprime as tentativas de concretização de alternativas. Como exemplo histórico há Canudos, que foi resistência ao poder estatal na condição de simplesmente existir. A comunidade representou alternativa à ordem estatal vigente e modo de vida – ambos produtos e ferramentas, ao mesmo tempo, da manutenção de poder das elites – e por isso, foi destruída.

Faz-se necessário ainda, retornar a construção da identidade nacional no Brasil, que exigiu a construção de uma retórica da alteridade, definindo o "outro" (Portugal) ora como diferente, ora como igual, para que o Brasil se materializasse como povo uno e autônomo.

Ao longo do tempo, a elite intelectual, lançou nomes e fatos ao esquecimento conforme seus interesses e visões políticas. Essa prática se manifesta em fenômenos como a exaltação dos heróis brancos e portugueses, os “fundadores”, como ator principal do processo civilizatório.

Há, também, uma tendência em omitir referências à história afro-brasileira e indígena ou a mencioná-los apenas como colonizados/escravizados, escamoteando conflitos, exclusões e contradições. Isso impede que as novas gerações desenvolvam uma perspectiva crítica sobre o passado.

Para além das dimensões do ensino e da perpetuação da narrativa, o Estado segue agindo na reprodução da lógica colonial ao operar de maneira desproporcional a violência. Ainda que seja um mecanismo para manutenção da ordem, as represálias do Estado brasileiro

têm sua escala de violência definida pela etnia e classe social de quem a recebe. Há ainda, a categorização dos movimentos, a quem dos indivíduos. Quando a reivindicação popular é contrária aos interesses que o Estado opera para manter, a violência é escalada. Quando a reivindicação vem de um grupo marginalizado, a violência também é escalada.

Repete-se ainda hoje, mesmo em uma realidade constitucional diferente, com um Estado que ocupa uma função de bem-estar social, a mesma lógica ditada pela herança colonialista que se mostrava nas repressões contras as revoltas dos Cabanos e de Canudos. No fim, para um Estado que mantém tão viva esta herança, certas vidas valem menos que outras.

O Estado exerce, portanto, seu papel enquanto perpetuador da narrativa colonial, não apenas nas estruturas materiais de exploração econômica, mas sobretudo em sua capacidade de organizar a consciência coletiva através da educação, da historiografia e da validação de um conhecimento eurocêntrico, garantindo que as narrativas perspectivistas e hegemônicas das elites continuem a se sobrepor às trajetórias múltiplas e coexistentes dos povos subalternizados e com isso a própria realidade objetiva.

CONCLUSÃO

O presente estudo, ao realizar uma Análise Comparativa entre os processos revoltosos no Brasil e em Portugal, demonstrou que a percepção da realidade nacional é uma construção narrativa-histórica articulada pelo Estado como protagonista na reivindicação de sentidos. Esta narrativa, herdeira do "ideário vitorioso" da colonização portuguesa, serve como ferramenta de manutenção de poder ao moldar a maneira como o indivíduo se vê enquanto cidadão e sujeito político. A investigação revelou que a assimetria de poder entre metrópole e colônia gerou desdobramentos distintos que impactaram permanentemente o "espaço de experiência" e o "horizonte de expectativa" de ambas as nações.

No Brasil, revoltas de base popular como a Cabanagem (1835-1840) e Canudos (1896-1897) evidenciam uma tradição de derrotas traumáticas, marcadas por uma letalidade estatal extrema que resultou no massacre de populações inteiras. A repressão não foi apenas militar, mas jurídica, exemplificada pela Lei nº 26 de 1835, que legalizou perseguições e suspendeu garantias constitucionais contra os cabanos. Esse ciclo de violência, sem que as demandas populares fossem minimamente atendidas, consolidou o Horizonte do Fracasso, uma dimensão narrativa que deslegitima a insurgência e justifica a ordem estabelecida.

Em contraste, os processos em Portugal, como a Revolta da Maria da Fonte (1846) e a Revolta da Batata (1917), revelam um comportamento estatal distinto perante seu "próprio

povo”. Mesmo sob repressão, houve movimentos de apaziguamento e negociação, como a demissão de ministros impopulares ou a discussão das demandas de abastecimento no parlamento. Essa diferença nítida cria em Portugal uma percepção de eficácia do poder popular, enquanto no Brasil reforça-se a noção de que conquistas sociais só são possíveis através de meios burocráticos e reformistas controlados pelas elites.

O Horizonte do Fracasso produz um impacto estrutural na identidade coletiva brasileira, gerando uma ambivalência crônica, de um lado, a exaltação de símbolos culturais; de outro, uma autocritica corrosiva manifestada na "síndrome de vira-lata", que internaliza a inferioridade em relação ao estrangeiro. Essa conformação histórica reflete-se até em processos contemporâneos, como a redemocratização pós-ditadura militar, que, ao contrário da Revolução dos Cravos em Portugal (marcada por forte adesão popular), foi um movimento institucionalizado e conduzido de cima para baixo (top down) mantendo o povo distante da decisão política.

Por fim, a pesquisa sublinha que o Estado brasileiro atua como agente de perpetuação da Colonialidade (do Poder, do Saber e do Ser), mantendo estruturas de dominação que persistem após a independência formal. Através de instituições e do sistema educacional, o Estado valida epistemologias eurocêntricas e silencia as trajetórias de povos indígenas e negros, tratando-os como meros figurantes de um processo civilizatório liderado pelo português. Assim, a narrativa oficial do Estado garante a sobreposição do "ideário vitorioso" das elites sobre a realidade objetiva das lutas populares, consolidando uma tradição institucional de exclusão e silenciamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSARA, Soraia. Memória Coletiva: um estudo psicopolítico de uma luta operária. *Revista Psicologia Política*, v. 1, n. 2, p. 29-52, 2001.

ANSARA, Soraia. *Memória Política, Repressão e Ditadura no Brasil*. Curitiba: Juruá, 2008.

ASHCROFT, Bill. Modernity's first-born: Latin America and postcolonial transformation. *ARIEL: A Review of International English Literature*, [S.l.], v. 29, n. 2, p. 7-29, 1998.

ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. *Post-Colonial Studies: the Key Concepts*. 2. ed. New York: Routledge, 2007.

BABO, M. A. Considerações sobre a máquina narrativa. In: PEIXINHO, A. T.; ARAÚJO, B. (Eds.). *Narrativa e media: Géneros, figuras e contextos*. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017. p. 71–102. Disponível em: <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1324-6>.

BONAVIDES, Paulo. Teoria constitucional da democracia participativa: por um direito constitucional de luta e resistência, por uma nova hermenêutica, por uma repolitização da legitimidade. Imprensa: São Paulo, Malheiros, 2008.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2012.

BURKE, P. Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BURKE, Peter. A Esperança tem História? (2012) Estudos Avançados 207, 218.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COLLEY, Linda. A letra da lei: guerras, constituições e a formação do mundo moderno. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824.

COSTA, Francisca Fábria Teodoro; CARVALHO, A. M. P. Uma análise dos sentidos da não-participação popular no Estado brasileiro: dilemas históricos e perspectivas contemporâneas. Revista de Políticas Públicas, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 535-555, 2020.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

DANTAS, Jozafá. Canudos: a revolta de um povo. DF Letras: a revista cultural de Brasília, Brasília, ano 3, n. 29-30, p. 25-33, 1997.

Diário da Câmara dos Deputados, n.º 71, 22, 23 e 24 de maio de 1917.

Diário do Senado, n.º 60, de 24 de maio de 1917.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FIORAVANTI, Maurizio. Constitucionalismo: Experiencias Históricas y Tendencias Actuales (Trotta 2014).

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GADAMER, Hans-Georg. Verdade e Método: Traços Fundamentais de uma Hermenêutica

Filosófica (Vozes 1999).

GUEDES, Maurício Sullivan Balhe. La Cabanagem (1835-1840) y el constitucionalismo olvidado: trazos de la formación del pensamiento liberal brasileño. *Historia Constitucional*, Oviedo, n. 26, p. 479-523, 2025. p. 483.

HERMANN, Jacqueline. Canudos Destruído em Nome da República: uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 81-105, 1996.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. Histórias de conceitos : estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. Tradução Markus Hediger ; revisão técnica e de tradução: Bernardo Ferreira, Arthur Alfaix Assis. 1 ed. Rio de Janeiro : Contraponto, 2020.

LIMA, Bruno Rodrigues de. Luiz Gama contra o Império: a luta pelo direito no Brasil da escravidão. Editora Contracorrente, 2024. MATTOSO, Kátia de Queirós. *Bahia: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

LINHARES, Maria Yeda et al. *História geral do Brasil*. Petrópolis, RJ: Elsevier, 2000.

LINO, Filipa. A Revolta da Batata foi há 100 anos. *Jornal de Negócios*, 2017.

MATTOSO, José. *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 24, p. 381-403, jan. 1845

MAXWELL, Kenneth. *A construção do liberalismo em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1995.

MELO, M. de N. S.; SANTOS, M. L. S. dos. Cabanagem: A história vivenciada na região do Grão-Pará. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 12, 2021. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n12-727>

MÜLLER, Friedrich. Quem é o povo? Imprensa: São Paulo, Revista dos Tribunais, 2013.

NEPOMUCENO, Marco Aurélio Dantas. A República dos “Degolados”: chacina e banalidade do mal na obra Os Sertões de Euclides da Cunha. In: Seminário Nacional Fontes Documentais e Pesquisa História, 2019. p. 986-995.

OLIVEIRA, Aurélio de. Maria da Fonte no Contexto das Revoltas e Motins Populares em Portugal. In: Congresso “Maria da Fonte”- 150 anos”, 1996, Póvoa de Lanhoso. p. 53.

PEREIRA, Thailana de Jesus Cordeiro. A suspensão Constitucional no Pará com a lei nº 26 de 22 de setembro de 1835 e as medidas para a repressão aos cabanos (1835-1840). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2018.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. A revolta popular revisitada: apontamentos para uma história e historiografia da Cabanagem. Projeto História, São Paulo, n. 19, p. 227-241, nov. 1999.

PINTO, António Costa; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (Coord.). História política contemporânea: Portugal: 1808-2000. 1. ed. Lisboa: Objectiva, 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIBEIRO, Darcy. povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. (2007)

ROSENFELD, Michel. A identidade do sujeito constitucional, Tradução Menelick de Carvalho Netto, Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e meirinhos*: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SANTOS, M. L. S. dos. Cabanagem: A história vivenciada na região do Grão-Pará. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 12, 2021.

SOUSA, Brenda. Há 50 anos, com a Revolução dos Cravos, nasceu um novo Portugal. Jornal da USP, 2024.

Thorlby, Tiago. Cabanagem na fala do povo/ O povo quer viver. São Paulo: Paulinas. (1988).

VALENTE, Vasco Pulido. A revolta dos abastecimentos. Lisboa, Maio de 1917. Economia, [Lisboa].

Vecchi, Roberto (2025): «O dia último e o primeiro: a revolução dos cravos, um pensamento de Portugal», In Actio Nova: Revista de Teoría de la Literatura y Literatura Comparada, monográfico 8: 1-14. DOI: <https://doi.org/10.15366/actionova2025.m8.001>